

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2023

Vol 7

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 7

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof^ª Dr^ª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^ª Dr^ª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProf^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProf^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 7

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 7 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0967-0 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.670230601</p> <p>1. Educação. 2. Ensino. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O cenário social atual, permeado por aceleradas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais exige novas formas de compressão das relações de entre os indivíduos e desses com o conhecimento. Assim, os processos educativos auxiliam no desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades mentais indispensáveis para o convívio social. Nesse contexto, a obra: **A educação enquanto fenômeno social: Perspectivas de evolução e tendências 5, 6 e 7**, fruto de esforços de pesquisadores de distintas regiões brasileiras e estrangeiras, reúne pesquisas que se debruçam no entendimento das perspectivas educacionais contemporâneas.

Composta por dezoito capítulos, a livro apresenta estudos teóricos e empíricos, que versam sobre os processos pesquisa, ensino e de aprendizagem sob a perspectiva de seus atores e papéis. Com efeito, apresenta cenários que expõem experiências que dialogam com distintas áreas do conhecimento, sem contudo, perder o rigor científico e aprofundamento necessário.

Por fim, destacamos a importância da Atena Editora e dos autores na divulgação científica e no compartilhamento dos saberes cientificamente produzidos, à medida, que podem gerar novos estudos e reflexões sobre a temática. Ademais esperamos contar com novas contribuições para a ampliação do debate sobre a educação enquanto um fenômeno social.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC-2012): O PAPEL DO ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
Paula Renata Amorin Santos Maisa Colombo Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306011	
CAPÍTULO 2	13
O USO DE MEMES EM SALA DE AULA – UM ESTUDO DE CASO COM O IMPERIALISMO EUROPEU DOS SÉCULOS XIX E XX	
Guilherme Henrique Marsola Pedro Marcelo Tarozo de Araujo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306012	
CAPÍTULO 3	27
PERMANENCIA DEL ALUMNO EN EDUCACIÓN MEDIA SUPERIOR DEL COBATAB, PLANTEL 39 EN LA COMUNIDAD EL TIGRE NACAJUCA, TABASCO	
Luz del Carmen Castillo García	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306013	
CAPÍTULO 4	36
POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA EM FUNÇÃO DAS LICENCIATURAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	
Esther Pessoa Costa Yan Roberto Santos de Oliveira Nivaldo Vieira de Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306014	
CAPÍTULO 5	43
POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Vagner Lima de Aguiar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306015	
CAPÍTULO 6	49
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE VIOLÊNCIA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA PARÁ BRASIL	
Jakson José Gomes de Oliveira Ana Lúcia Almeida de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306016	
CAPÍTULO 7	61
REFLEXÕES SOBRE CUIDADOS E DESAFIOS DA AUTOMUTILAÇÃO NAS ESCOLAS BASEADO NA TEORIA DA MUDANÇA: RELATÓRIO DO I	

WORKSHOP

Verônica de Medeiros Alves
 Mércia Zeviani Brêda
 Maria Cicera dos Santos de Albuquerque
 Jorgina Sales Jorge
 Cintia Bastos Ferreira
 Daniele Gonçalves Bezerra
 Ellen Vidal Medeiros Lobo
 Lucas Gabriel de Melo Pedrosa
 Maria Eduarda de Amorim Lima
 Ronaldo Victor Santos Casado

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306017>

CAPÍTULO 870

RELATO DE PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS - UMA PERSPECTIVA
 A PARTIR DO MOMENTO PANDÊMICO

Kennedy Wagner dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306018>

CAPÍTULO 977

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS À FORMAÇÃO HUMANA
 INTEGRAL?

Maria Cristiane Souza Rodrigues

Eliane Maria Pinto Pedrosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6702306019>

CAPÍTULO 10..... 91

SOLTA O PANCADÃO: (DES)CONSTRUINDO A VISÃO DE ESTUDANTES DO
 ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE AS DANÇAS URBANAS NO BRASIL E NO
 MUNDO

Bruno Gonzaga Teodoro

Sandy Cristine Prata

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060110>

CAPÍTULO 1198

SUGGESTOPEDIA: UMA METODOLOGIA DE ENSINO DE LÍNGUA
 ESTRANGEIRA

Greice Kelly Santana de Miranda

Nathália Maria da Silva Farias

Gisele Pereira de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060111>

CAPÍTULO 12..... 105

REPENSANDO O CURRÍCULO ESCOLAR NO CONTEXTO CULTURAL DA
 TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, VENEZUELA E GUIANA

Kelene Sena da Silva

Ednaldo Coelho Pereira

Kelem Sena Magalhães
 Elizania Souza campos
 Keila Sena da Silva
 Joanéia Oliveira Ribas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060112>

CAPÍTULO 13..... 118

TCHOUKBALL, O ESPORTE DA PAZ QUE AUXILIA NA FORMAÇÃO DE PESSOAS

Eduardo Palone Brunello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060113>

CAPÍTULO 14..... 123

UMA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL DE DOCENTES DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO BRASIL

Diego Silveira Costa Nascimento

Keila Cruz Moreira

Matheus Mathias Rocha Lucio de Moraes

Maria José Patricio Marcelino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060114>

CAPÍTULO 15..... 140

UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Matheus de Moura dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060115>

CAPÍTULO 16..... 149

VIDEOAULA NO ENSINO DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO SOBRE O SEU USO VISANDO UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Caroline de Nazaré dos Santos da Silva

Marcia dos Santos da Silva

Irlane Maia de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060116>

CAPÍTULO 17..... 158

VISITAS AO LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA DA UNIOESTE - UMA AVALIAÇÃO DE CINCO ANOS DAS ATIVIDADES

Mikael Gerson Kuhn

Leticia Massochim da Silva

Josiane Medeiros de Mello

Célia Cristina Leme Beu

Lucinéia de Fátima Chasko Ribeiro

Angelica Soares

Lígia Aline Centenaro

Marcia Miranda Torrejais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060117>

CAPÍTULO 18..... 165

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS E AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ENSINO DE QUÍMICA

Ismael Holanda do Vale

Brenda Karynne Moreira Sousa

Ágda Freire Queiroz Braz

Larissa Bruno Gomes

Jaqueline da Anunciação

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.67023060118>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 178

ÍNDICE REMISSIVO..... 179

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC-2012): O PAPEL DO ESTADO NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

Data de submissão: 18/11/2022

Data de aceite: 02/01/2023

Paula Renata Amarin Santos

UNOESTE – Universidade do Oeste
Paulista Presidente Prudente – São
Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9826395890384174>

Maisa Colombo Lima

FESCG – Faculdade Estácio de Sá de
Campo Grande
Campo Grande – Mato Grosso do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2638856216316807>

RESUMO: Esta investigação tem como tema de estudo o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012): política pública educacional de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo objetivo é a erradicação do analfabetismo no Brasil. A grande questão posta aqui é: quais os resultados parciais obtidos pelo PNAIC-2012 para a erradicação do analfabetismo e quais bases teóricas dão sustentação à concepção, implementação e avaliação PNAIC-2012? Objetiva-se analisar os resultados parciais do Pacto, destacando suas potencialidades e fragilidades, a fim de contribuir para a compreensão de um importante momento da história da alfabetização em nosso país. A

investigação efetivou-se a partir utilização de metodologia do tipo qualitativa exploratória, tendo como fonte de coleta de dados e informações, a pesquisa documental e bibliográfica. Para dar embasamento teórico ao estudo, utilizou-se referencial teórico baseado em autores que já vêm abordando a questão da alfabetização e analfabetismo, documentos referentes às legislações, resoluções pertinentes à elaboração e implementação do PNAIC-2012, além do próprio material produzido pela equipe do Pacto. O estudo traz, ainda, análise crítica das ações e resultados parciais do Pacto, bem como as marcas de concepções neoliberais no contexto de sua elaboração e implementação. Os resultados parciais apontam para suas potencialidades, tais como a proposta de formação continuada de professores alfabetizadores, cujo alcance é de 90% dos municípios em todo território nacional, além de ser a primeira política pública educacional brasileira a propor a integração federativa (União/Estado/Município) e fragilidades, dentre as quais é possível citar a inexistência de um plano de carreira para professores, a utilização de premiação a partir dos resultados obtidos em avaliações externas, ausência do conceito de alfabetização ecológica e

referências insuficientes no que concerne ao uso das tecnologias digitais.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Analfabetismo. Políticas Públicas. PNAIC.

NATIONAL PACT FOR LITERACY AT THE RIGHT AGE (PNAIC-2012): THE ROLE OF THE STATE IN THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL

ABSTRACT: The subject of this investigation is the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC-2012): an educational public policy initiated by the Ministry of Education and Culture (MEC), whose objective is the eradication of illiteracy in Brazil. The big question posed here is: what are the partial results obtained by the PNAIC-2012 for the eradication of illiteracy and what theoretical bases support the design, implementation and evaluation of the PNAIC-2012? The objective is to analyze the partial results of the Pact, highlighting its strengths and weaknesses, in order to contribute to the understanding of an important moment in the history of literacy in our country. The investigation was carried out based on the use of exploratory qualitative methodology, having as a source of data and information collection, documental and bibliographical research. To give the study a theoretical basis, a theoretical framework was used based on authors who have already addressed the issue of literacy and illiteracy, documents referring to legislation, resolutions relevant to the elaboration and implementation of the PNAIC-2012, in addition to the material produced by the team of the Covenant. The study also brings a critical analysis of the actions and partial results of the Pact, as well as the marks of neoliberal conceptions in the context of its elaboration and implementation. Partial results point to its potential, such as the proposal for continuing education of literacy teachers, whose reach is 90% of municipalities throughout the national territory, in addition to being the first Brazilian educational public policy to propose federative integration (Union/State / Municipality) and weaknesses, among which it is possible to mention the lack of a career plan for teachers, the use of awards based on the results obtained in external evaluations, the absence of the concept of ecological literacy and insufficient references regarding the use of digital technologies.

KEYWORDS: Literacy. Illiteracy. Public Policy. PNAIC.

1 | INTRODUÇÃO

O foco central deste estudo é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), suas características gerais, suas ações fundamentais e, acima de tudo, seus impactos parciais enquanto política pública para erradicação do analfabetismo no Brasil.

De acordo com Soares (2003), no Brasil, assim como em muitos países do Primeiro Mundo, as práticas sociais de leitura e escrita constituem-se em um problema de natureza relevante diante da constatação de que, boa parte da população, embora alfabetizada, não demonstra domínio das habilidades de leitura e escrita necessárias a uma atuação efetiva e adequada em situações sociais e profissionais nas quais a língua escrita se apresenta. A autora chama atenção para o fato de que, no Brasil, ao contrário do que ocorre em países

do Primeiro Mundo, onde os problemas ligados às práticas sociais de leitura e escrita se acentuam e evidenciam na vida adulta, a preocupação com as habilidades para o uso competente da leitura e da escrita está vinculada às séries iniciais do Ensino Fundamental, onde os resultados obtidos através das avaliações externas apontam inclusive, problemas ligados à compreensão e domínio do sistema de escrita alfabético.

Neste contexto o Ministério da Educação lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) que objetiva contar com a participação articulada do governo federal e dos governos estaduais e municipais que, se propõem a mobilizar o melhor de seus esforços e recursos na formação, valorização e apoio aos professores e às escolas, pela disponibilização de materiais didáticos de alta qualidade destinados aos alunos e implementação de sistemas de avaliação, gestão e monitoramento. Trata-se de uma política pública de abrangência nacional, cujo objetivo é garantir a alfabetização de todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade, garantindo, assim, a erradicação do analfabetismo no Brasil.

A grande questão em discussão é: quais os resultados parciais obtidos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) para a erradicação do analfabetismo no Brasil e quais bases teóricas dão sustentação à concepção, implementação e avaliação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012)? Além disso, parece-nos pertinente perguntar ainda: até que ponto a erradicação do analfabetismo garante ao cidadão, condições plenas de exercer, adequadamente, sua cidadania?

Durante o processo de levantamento bibliográfico para o embasamento teórico deste estudo, constatou-se a necessidade de maior aprofundamento sobre a temática, bem como de analisar a configuração de Estado que é o cenário da elaboração e implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), enquanto política pública de educação do governo.

O analfabetismo tem sido um dos temas centrais da agenda política nacional há algum tempo no Brasil. Somos um país de analfabetos, com crescimento baixo do PIB, insuficiente industrialização, ocupamos o 88.º lugar de 127 países no *ranking* de educação feito pela Unesco, o braço da ONU para a cultura e educação, atrás de países como a Argentina, o Chile, o Equador e a Bolívia. (Soares, 2008)

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a efetividade pedagógica, já demonstrada, pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) enquanto estratégia de erradicação do analfabetismo no Brasil, bem como analisar seus resultados parciais, destacando suas potencialidades e fragilidades.

Esta pesquisa efetivou-se à luz da abordagem teórico-metodológica que caracteriza a pesquisa do tipo qualitativa, cujo processo é marcado pela interpretação do fenômeno observado e pela interpretação de significados. Assim, “[...] o processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (SILVA, 2005, p. 20). O texto apresentado é resultado da investigação em artigos das áreas de Educação/Alfabetização, Políticas Públicas e

em leis, decretos, manuais, sites e no material teórico elaborado pela equipe do Pacto e traz uma reflexão crítica acerca de sua efetividade pedagógica e os resultados parciais demonstrados até agora.

Para tanto, é preciso, primeiramente, discutir sobre algumas concepções de Estado que nortearam a percepção da ação estatal quanto à adoção de políticas públicas, uma vez que, de acordo com Höfling (2001), não é possível compreender a implementação de uma política por um governo, sem considerar as ações e posturas de intervenção estatal que lhes dão sustentação.

É preciso deixar claro que a preocupação com a questão da alfabetização no Brasil, sempre esteve atrelada a outras esferas e intenções que ultrapassam os muros escolares, como o desenvolvimento social, o crescimento econômico e o progresso industrial e tecnológico, portanto, preocupação e interesse sempre vinculados às questões do mercado, do capital.

A partir da década de 1930, de acordo com os estudos de Mortatti (2010), com a unificação em nível federal das iniciativas políticas em todas as esferas da vida social, a educação de modo geral e a alfabetização de modo particular, começaram a fazer parte de políticas e ações dos governos estaduais, uma vez que, passaram a ser compreendidas enquanto áreas importantes para a efetivação do desenvolvimento nacional. Desde então, a quantidade de indivíduos alfabetizados sempre foi determinante para o estabelecimento de índices de desenvolvimento do país.

Vale dizer ainda que, no Brasil, assim como em muitos outros países em desenvolvimento, as políticas públicas sociais, de modo geral, e, especialmente as destinadas à educação, sempre refletiram os diferentes papéis assumidos pelo Estado, suas posturas, ações e intervenções. Assim, quando se pretende discutir a implementação de políticas educacionais, a análise das configurações do Estado sempre ocupa lugar de destaque. (MORAES, 2009)

Desse modo, para compreender a efetividade do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, (PNAIC-2012) e analisar seus impactos parciais, torna-se fundamental traçar a trajetória histórica da relação existente entre o capitalismo e as políticas públicas, evidenciando a estreita relação entre as mudanças nas configurações do Estado, no capitalismo e nas políticas públicas sociais, em geral, e nas políticas educacionais em particular.

Antes, porém, é preciso que fique claro o conceito de política pública, aqui utilizado. Segundo Lamounier (1982), compreender o significado das políticas públicas implica em um esforço duplo: se por um lado é preciso entender sua dimensão técnico-administrativa, a fim de verificar sua efetividade e seu resultado prático para a sociedade; de outro lado, é preciso reconhecer que toda política pública é uma forma de intervenção nas relações sociais em que o processo decisório condiciona e é condicionado por interesses e expectativas sociais.

Conforme aponta Fernandes (1996), desde o século XX, existe um consenso universal quanto ao papel do Estado enquanto provedor de uma série de bens e serviços públicos, visando promover a justiça social. Compreender o que isso representa, historicamente, requer a observação de dois movimentos históricos: a mudança do papel do Estado na economia e o avanço da cidadania.

No Brasil, bem como grande parte dos países da América Latina, esses movimentos passam a ser observados a partir da década de 80 (período em que o país se encontrava no início de sua trajetória rumo às conquistas sociais). Segundo Peroni (2003), neste mesmo período, o chamado “mundo globalizado” passava por um processo de redefinição da função do Estado enquanto executor de políticas sociais. Esse processo ameaçava, diretamente, os direitos conquistados através das lutas das classes trabalhadoras, já que, tal redefinição, propunha a diminuição da atuação do Estado como executor das políticas sociais.

Como parte deste contexto, é fundamental que a função social da escola seja redefinida, já que, para os setores vinculados ao capital, a educação sempre foi poderoso instrumento da reestruturação produtiva, pois, além de poder formar mão de obra adequada às novas exigências do mercado, também pode formar uma cultura adequada aos novos tempos em que o mercado é parâmetro de qualidade. Esse pressuposto de que a escola e a educação devam estar a serviço dos interesses capitalistas, é parte de um diagnóstico formulado pela teoria neoliberal e partilhado pela Terceira Via, que responsabiliza o Estado pela crise atual, “acusando-o” de ter gasto demais com políticas sociais, ocasionando inflação e crise fiscal. É por isso que, nessa perspectiva, o Estado é considerado ineficiente e improdutivo, devendo assim, ceder seu lugar ao mercado como novo regulador das relações sociais.

A autora afirma que, enquanto o neoliberalismo propõe o Estado mínimo e restrições à democracia, pois, entende que ela atrapalha o livre andamento do mercado por conta da redistribuição de renda que faz através das políticas sociais, a proposta da Terceira Via – que “pretende ser uma alternativa entre o neoliberalismo e a antiga social-democracia” (PERONI, 2008, p.03) é reformar o Estado e “radicalizar” na democracia. Assim, segundo a autora, a referência da gestão pública passa a ser a lógica empresarial, também chamada de gestão gerencial ou quase mercado.

A noção de quase mercado segundo apontam Oliveira e Souza (2003), diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita, tanto do ponto de vista operativo quanto do ponto de vista conceitual, por isso, pode ser implantada no setor público sob a alegação de supostas melhorias. Nas bases do campo conceitual do quase mercado está a ideia de que o mercado é mais eficiente e produtivo do que o Estado, assim, a propriedade continua sendo estatal, mas o setor público passa a ser orientado pela lógica do mercado.

No entanto, o novo parece ser mesmo a gestão democrática, já que, ao longo da história do Brasil a gestão pública, das políticas sociais e da própria educação sempre

esteve vinculada ao mercado, ao patrimonialismo, ao clientelismo.

É preciso considerar que as mudanças ocorridas ao longo da história do Brasil foram proporcionadas pelos preceitos da elite hegemônica, o que sempre garantiu a manutenção de grupos mais conservadores no poder. No entanto, os pactos e acordos estabelecidos ao longo de nossa história, não foram capazes de impedir que o povo brasileiro vivenciasse na década de 1980, um momento de grande participação popular e de grande organização na luta por seus direitos. Entretanto, a construção da democracia em nosso país, sempre se deparou com grandes obstáculos como o processo de abertura pactuado com as forças da ditadura, o impacto das estratégias do capitalismo para superação de sua crise (o neoliberalismo, a globalização e a reestruturação produtiva) que vinham em sentido contrário a esse movimento de democratização (PERONI, 2008).

Neste contexto, fica perceptível o esvaziamento da democracia e a separação entre o econômico e o político se evidencia. Com isso, as parcerias público/privadas ganham força na medida em que um Estado em crise não pode executar políticas, tendo de repassá-las à sociedade civil, cujo enfoque acaba sendo os mais pobres, como estratégia de se evitar o caos social. Seguindo essa tendência de parceria, a partir da década de 1980, estabeleceu-se no Brasil, uma parceria entre órgãos públicos do Estado e docentes pesquisadores das universidades públicas, para elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à educação. (MORTATTI, 2010).

É preciso salientar que, tal parceria, iniciada na década de 1980, se intensificou na década de 1990, com a reforma do Estado brasileiro, justamente no período em que o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental passaram a ser questionadas de maneira sistemática e oficial, através de avaliações externas como SARESP e Provinha Brasil, uma vez que, encontra-se nesta etapa de escolarização o maior contingente da população brasileira que fracassa na escola pública.

Diante disso, fica fácil perceber os reais interesses dos governantes das diversas esferas em concentrar seus esforços na elaboração e implantação de políticas públicas voltadas à alfabetização, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), elaborado pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (Estado brasileiro que possui um dos piores índices de analfabetismo).

2 | DESENVOLVIMENTO

Alfabetizar, não é tarefa simples, ao contrário, trata-se de uma tarefa complexa, que traz consigo diversas variáveis, incluindo questões alheias à sala de aula. As dificuldades enfrentadas pelos professores para alfabetizar as crianças nos primeiros anos do ensino fundamental, é uma realidade no Brasil e tem sido tema recorrente em estudos, debates e reflexões nas últimas décadas. A capacidade de ler e escrever tornou-se, atualmente, um

dos principais índices considerados ao se avaliar a competência da escola pública e ao se estabelecer os níveis de desenvolvimento do país (MORTATTI, 2010).

No entanto, tem sido grande o esforço das várias esferas do poder público na busca de alternativas e soluções definitivas para o nosso fracasso na tarefa de alfabetizar as crianças na idade certa, uma vez que, a capacidade de ler e escrever tornou-se, atualmente, um dos principais índices considerados ao se avaliar a competência da escola pública e ao se estabelecer os níveis de desenvolvimento nacional. Por isso, é preciso entender este esforço num enclave de contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Assim, pode-se considerar que tal esforço se deve, em grande medida, ao fato de o analfabetismo prejudicar e até comprometer o desenvolvimento econômico, político e social do país. Portanto, especialmente em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, a educação em geral e a alfabetização em particular, são tratadas enquanto possibilidades de crescimento, num cenário marcado pelo neoliberalismo; daí o motivo pelo qual as questões ligadas à implementação e à avaliação de políticas públicas para alfabetização ocuparem, atualmente, o cerne das discussões sobre educação.

Desse modo, o analfabetismo tem sido um dos temas centrais da agenda política nacional há algum tempo no Brasil. Se, as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, não são recentes no Brasil, a necessidade de se pensar sobre este tema e buscar soluções para estas dificuldades também não são. De modo semelhante, a necessidade de se propor alternativas para o enfrentamento dessas dificuldades também é uma preocupação antiga do poder público. De acordo com Mortatti (2010), as primeiras iniciativas no âmbito do que hoje se conhece como políticas públicas, no que tange a alfabetização, datam do final do século XIX.

Durante muito tempo no Brasil, essas iniciativas acabavam falhando em sua tarefa por não levarem em conta o caráter complexo e multifacetado que o processo de alfabetização possui, além de desconsiderarem também as ações humanas nele envolvidas. Ao longo de 130 anos de história da alfabetização brasileira, as políticas públicas a elas destinadas tendem a centralizar seus esforços em um ou em alguns de seus aspectos, desconsiderando seu caráter humano e político ao estabelecer a opção por determinadas correntes teóricas que lhes darão sustentação.

A autora revela que mesmo antes da Proclamação da República, os governantes e intelectuais da Corte e de algumas províncias brasileiras, especialmente São Paulo, já demonstravam preocupação com a questão da alfabetização. Porém, foi somente após a primeira década da República que as práticas sociais de leitura e escrita em língua materna passaram a fazer parte das instituições escolares, ou seja, passaram a ser “[...] ensinadas e aprendidas em espaço público e submetidas à metódica, sistemática e intencional, porque consideradas estratégicas para a formação do cidadão e para o desenvolvimento político e social do país, de acordo com os ideais do regime republicano” (MORTATTI, 2010, p. 2).

Castillo e Marinho (2013) apontam que a questão da alfabetização no Brasil, sempre permeou em um cenário complexo que, ao longo de nossa história, vem sendo ampliado e modificado conceitualmente, referindo-se a práticas diversas de ensino da leitura e da escrita, desde aquelas reduzidas ao domínio de correspondência entre grafemas e fonemas, até as que buscam inserir os alunos em práticas sociais de leitura e escrita.

Em consonância com este último conceito de alfabetização, o Ministério da Educação lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) que objetiva contar com a participação articulada do governo federal e dos governos estaduais e municipais que, se propõem a mobilizar todos seus esforços e recursos na valorização e apoio aos professores e às escolas, através da disponibilização de materiais didáticos de alta qualidade destinados aos alunos e implementação de sistemas de avaliação, gestão e monitoramento.

Tal iniciativa foi impulsionada pelos dados levantados pelo Censo de 2010 que apontaram que, aproximadamente 15,2% das crianças brasileiras em idade escolar não sabem ler e escrever e, inspirada no Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), criado pelo estado do Ceará em 2007, tendo seu histórico marcado ainda, pela experiência do Pro-Letramento, iniciado em 2005 e pela constituição da Rede Nacional de Formação de Professores (RENAFOR) que, atualmente agrega 18 instituições de ensino superior.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) foi instituído pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012 e lançado em outubro do mesmo ano pelo governo Dilma Rousseff com o objetivo de garantir a alfabetização de todas as crianças brasileiras até os oito anos de idade. De acordo com esta meta, as crianças brasileiras teriam de chegar ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, plenamente alfabetizadas. Nessa nova perspectiva, a criança passaria por um ciclo de três fases: ao final do 1º ano, a criança deverá chegar alfabética, ou seja, demonstrando compreensão de sistema de escrita alfabética e teria o 2º ano e o 3º ano para consolidar seu processo de alfabetização. Para tanto, o governo federal tem oferecido incentivos financeiros e assistência técnica e pedagógica, visando à formação de 360 mil professores alfabetizadores.

No intuito de minimizar os efeitos das carências técnicas e administrativas de muitos municípios brasileiros, as ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) apoiam-se em quatro eixos de atuação, a partir dos quais se propõe a enfrentar a dura realidade, apontada por inúmeros estudos, da alfabetização precária de crianças no Brasil: Formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus formadores, Materiais didáticos, Avaliações sistemáticas, Gestão, mobilização e controle social.

Sem dúvida, conforme aponta Rolkouski (2013), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), é uma política pública de formação de professores, complexa e robusta do ponto de vista do investimento que, por um lado traz inovações e já demonstra

alguns avanços, mas que, por outro lado, revela algumas fragilidades e questões com as quais o poder público terá de lidar no enfrentamento ao analfabetismo em nosso país.

Em uma iniciativa pioneira no Brasil, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), realizou o pagamento de bolsas de incentivo a todos os atores envolvidos no processo. Os professores alfabetizadores receberam R\$200, 00, já os orientadores de estudo e os coordenadores locais, R\$765,00, enquanto que os formadores receberam R\$1.100,00, mensalmente, durante um período de 10 meses. Destacamos também como ponto positivo de suas ações, a realização de um curso de longa duração (10 meses), além do fato de acontecer em cada um dos municípios que aderiram ao Pacto, a partir e levando em consideração, a realidade local.

Ainda neste mesmo sentido, outro ponto que merece destaque é a autonomia dada aos municípios na escolha dos orientadores de estudo que, na sua maioria, são profissionais locais que poderão, posteriormente, tornar-se referência de formação em seus municípios (Rolkouski, 2013). Não podemos deixar de mencionar, no entanto, o risco iminente dessas escolhas não serem as mais apropriadas e a partir de critérios adequados. Essa é, em nossa opinião, uma questão com a qual a equipe do Pacto terá de lidar nos próximos anos, ou seja, rever os critérios de seleção dos orientadores, sem, contudo, interferir na autonomia do município na gestão de suas formações.

Ressaltamos ainda, o fato de o Pacto não prever, em suas ações, uma política de plano de carreira para os professores e demais profissionais da educação, ao contrário, fala-se na instituição de uma espécie de bonificação por desempenho, a partir dos resultados expressos nas avaliações externas como Provinha Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de modo semelhante ao que atualmente existe na Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. Trata-se, a nosso ver, de uma intenção explícita de obter controle do processo e uma estratégia de verificação da eficácia do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), enquanto política pública.

No entanto, é preciso esclarecer que, para que fosse positiva essa política de “bônus por desempenho” precisaria estar atrelada a uma política sólida, consistente, de plano de carreira que valorizasse o professor e favorecesse o desenvolvimento do processo de profissionalização da profissão docente.

Vale dizer que, o período de transição para a implementação de uma nova política pública educacional é longo e que, pelo fato de o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) ser uma ação recente e andamento, os seus efeitos e impactos preliminares oferecem, acima de tudo, como apontam Silva e Cafiero (2010), questões das quais os poderes públicos em todos os níveis terão de se ocupar para alcançarem as metas de qualidade postas para a aprendizagem da língua escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento da pesquisa, ficou claro que, segundo demonstra Rolkouski (2013), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012) é, ao que tudo indica, o maior programa de formação continuada de professores alfabetizadores do nosso país e, considerando as dimensões territoriais do Brasil, possivelmente, um dos maiores do mundo.

Os documentos mais recentes indicam que a adesão ao Pacto, ultrapassa 90% dos municípios brasileiros, evidenciando uma unanimidade quanto à aceitação de suas concepções e princípios. Cerca de 300 mil professores em todo território nacional receberão formação de 240 horas, divididas entre Alfabetização e Linguagem (em 2013), Alfabetização Matemática (2014) e, para finalizar, ações voltadas ao acompanhamento das atividades dos professores (2015).

Rolkouski (2013), nos chama atenção para o fato de que o discurso da qualidade de uma ação de formação deve sempre vir acompanhado de um impacto que deve, necessariamente, ser de médio e curto prazo. No que se refere à alfabetização, o Brasil vem dando indícios de que carece de ações dessa natureza.

É preciso reconhecer que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), possui o mérito de propiciar, pela primeira vez no campo da educação, a integração federativa, ao propor a participação articulada do governo federal e dos governos estaduais e municipais, onde há predominância de mecanismos de cooperação entre os entes federados. Iniciativa semelhante, no Brasil, só havia sido realizada no campo da saúde, com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), no início da década de 90.

No entanto, é preciso destacar que, nossas análises acerca das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), revelam um cenário pouco satisfatório. É bem verdade que a análise dos documentos aponta melhora nos índices de alfabetização no país, e que essa alfabetização supera a ideia de limitar-se ao ensino e aprendizado da “tecnologia da escrita”, ou seja, do sistema de escrita alfabético, superando, assim, a concepção de que estar alfabetizado equivale, na leitura, possuir a capacidade de decodificar sinais gráficos, transformando-os em sons, e, na escrita, a capacidade de decodificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos. Como se todo o processo se limitasse à aquisição e domínio de um código, como se a capacidade de codificação e decodificação fosse suficiente para que um indivíduo pudesse ser considerado alfabetizado.

Na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC-2012), estar alfabetizado significa também dominar os conhecimentos que propiciam o uso das habilidades de leitura e da escrita em situações sociais reais. Situações sociais reais de leitura e escrita são aquelas em a criança estabelece um elo entre o texto e o contexto (AMORIN, 1999). Para fazer frente a essa nova exigência surge “uma nova adjetivação para

o termo – *alfabetização funcional* – criada com a finalidade de incorporar as habilidades de uso da leitura e da escrita em situações sociais reais e, posteriormente, a palavra letramento” (PRÓ-LETRAMENTO, 2008, p. 10).

Porém, foi possível constatar que os avanços no conceito de alfabetização expresso pelo Pacto param por aí, ou seja, a análise dos documentos não revela a preocupação com a questão da sustentabilidade na medida em que não propõem o desenvolvimento de prática educativa eficiente em seu favor, com o intuito de conscientizar a geração jovem, que compreende crianças em idade escolar, sobre como ter um relacionamento equilibrado com a natureza (SANTOS; LEAL, 2010), assim como não capacita a criança a utilizar, com autonomia e consciência crítica, as novas ferramentas tecnológicas de informação.

REFERÊNCIAS

AMORIN, P. R. **Leitura e escrita na pré-escola: superação da mecanização por meio de situações reais de leitura e escrita.** Nuances. v.1, jul./1999.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina.** 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996

HÖFLING, Eloisa de Matos. **Estado e políticas públicas sociais.** CEDES, ano XXI, nº 55, p.30-41, novembro, 2001.

LAMOUNIER, B. **Análise de políticas públicas: quadro teórico-metodológico de referência.** In: **FUNDAP. Planejamento e políticas públicas.** São Paulo: Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, 1982. p. 5-21.

MORAES, S. C. de. **Educação,** Porto Alegre, v. 32, n.2, p.159-164, maio/ago. 2009

MORTATTI, M. do R. L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados.** Revista Brasileira de Educação. v. 15, n. 44, ago/2010.

OLIVEIRA, R.P de; SOUZA, S. Z. L de. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90.** São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V. M. V. **Educação e Políticas Públicas: Encontro e desencontros. A relação público privado e as implicações para as políticas públicas de educação.** FAGED/UFRGS, julho de 2008.

PRÓ-LETRAMENTO: **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 364 p.

ROLKOUSKI, Emerson. **Políticas públicas de formação continuada de professores no Brasil: um problema de concepção, escala ou implementação?** XI Encontro Nacional de Educação Matemática: Educação Matemática: Retrospectivas e Perspectivas. Curitiba: de 18 a 21 de junho de 2013.

SANTOS, H. R. R.; LEAL, J. C. **Educação para a sustentabilidade: a proposta da alfabetização ecológica.** Revista das Faculdades Adventistas da Bahia Formadores: vivências e estudos. Cachoeira, v. 3, n. 1, 2010.

SILVA, C.S.R.; CAFIERO, D. **Alfabetização e letramento de crianças de seis anos: as políticas para a implantação do ensino fundamental de nove anos.** 2010 In InterMeio. **Revista do Programa de Pós-Graduação**, v.16, n. 32, p.27-48, jul./dez. 2010. Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

SILVA, E.L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. 4 ed. Rev. Atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SOARES, Luis Havelange et al. **Globalização e desafios contemporâneos para a educação – análise do pisa e os rumos da educação no brasil.** Espaço do Currículo, v.1, n.1, pp.189-222, Março-Setembro/2008. Disponível em: www.aepppc.org.br/revista

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003

A

Adolescência 61, 62, 66, 68

Aprendizagem 6, 7, 9, 19, 24, 51, 67, 71, 74, 75, 84, 87, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 136, 137, 138, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 160, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 174, 175, 178

Atividades 10, 14, 15, 16, 19, 52, 53, 59, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 92, 93, 100, 101, 110, 119, 120, 121, 122, 127, 130, 134, 135, 136, 137, 144, 150, 154, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 169, 170

Aula 6, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 28, 42, 53, 54, 55, 58, 59, 73, 75, 85, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 107, 112, 113, 115, 129, 135, 146, 150, 151, 152, 153, 157, 167, 169

Avaliação 9, 158, 163, 165

C

Ciência 45, 77, 80, 83, 86, 100, 123, 127, 128, 146, 155, 162, 165, 168

Currículo 12, 72, 77, 78, 79, 81, 84, 86, 88, 89, 96, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 120, 164

D

Dança 91, 94, 95, 97

Deficiência 41, 154

Desafios 12, 37, 38, 41, 61, 62, 69, 77, 78, 107, 108, 116, 118, 139, 141, 143, 163, 165, 166, 167, 169, 174, 175

Desenvolvimento 4, 6, 7, 9, 10, 11, 21, 37, 42, 44, 45, 61, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 86, 87, 88, 100, 101, 103, 107, 108, 114, 116, 118, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 134, 136, 137, 141, 150, 151, 153, 155, 161, 168, 169, 178

Distância 82, 124, 128, 156, 168

Docente 9, 29, 30, 32, 33, 35, 56, 70, 73, 81, 82, 84, 85, 86, 99, 100, 102, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 123, 134, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 150, 153, 154, 156, 173

E

Educação 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 18, 20, 21, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 133, 134,

138, 139, 140, 141, 142, 144, 146, 148, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 159, 164, 165, 166, 168, 173, 174, 175, 178

Educacional 1, 9, 11, 36, 37, 42, 46, 47, 63, 68, 79, 102, 103, 107, 108, 109, 121, 128, 135, 154, 156

Ensino 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 21, 24, 26, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 51, 56, 57, 60, 63, 70, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 135, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 174, 175, 178

Ensino médio 20, 21, 26, 47, 57, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 128, 139, 143, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 175

Escola 5, 6, 7, 11, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 76, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 120, 126, 128, 139, 146, 147, 148, 154, 165, 173, 175

Escrita 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 58, 149

Estudantes 20, 25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 53, 54, 63, 66, 73, 74, 78, 81, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 125, 127, 128, 131, 146, 153, 154, 155, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175

F

Formação 1, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 18, 20, 21, 25, 26, 38, 41, 42, 50, 63, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 97, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 132, 133, 136, 138, 139, 140, 145, 146, 150, 153, 154, 156, 162, 163, 164, 168

G

Geografia 21, 40, 79, 140, 142, 145, 146, 147, 148, 178

H

Humana 44, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 90, 100, 101, 108, 115, 119, 124, 128, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

I

Instituições 7, 8, 46, 51, 82, 88, 105, 107, 110, 111, 128, 135, 144, 146, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 173, 174

Internet 13, 14, 18, 24, 30, 39, 68, 141, 145, 147, 169, 173

L

Laboratório 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164

M

Memes 13, 14, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26

Metodologia 1, 12, 38, 43, 44, 73, 74, 77, 79, 98, 103, 112, 114, 118, 119, 120, 125, 126, 128, 129, 142, 145, 153, 157, 160, 167, 168, 169

N

Necessidade 3, 7, 36, 41, 45, 54, 56, 57, 61, 66, 67, 72, 79, 83, 85, 98, 99, 108, 115, 124, 127, 133, 140, 142, 146, 156, 165, 169, 173, 174

P

Pedagógica 3, 4, 8, 46, 85, 92, 107, 108, 109, 110, 116, 156

Período 5, 6, 9, 15, 38, 39, 57, 73, 142, 144, 151, 163, 167, 175

Política 68

Práticas pedagógicas 107, 116, 126, 136, 138, 150, 151, 178

Problemas 3, 33, 34, 44, 56, 58, 59, 66, 74, 85, 125, 126, 127, 128, 136, 138, 140, 153, 156

Professores 1, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 19, 21, 24, 25, 38, 40, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 75, 76, 79, 81, 84, 85, 86, 90, 101, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 123, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 156, 161, 164, 167, 168, 169, 175

R

Recursos 3, 8, 29, 30, 32, 82, 85, 86, 102, 125, 129, 130, 146, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 162, 167, 170, 173, 174, 178

Resolução 46, 47, 48, 54, 125, 126, 127, 136, 138, 144, 156, 164

S

Sala 6, 13, 14, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 53, 54, 55, 59, 85, 96, 101, 102, 112, 115, 135, 146, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 167

Sociedade 4, 6, 11, 16, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 60, 63, 69, 71, 75, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 92, 95, 96, 97, 100, 106, 108, 116, 119, 121, 122, 125, 126, 128, 134, 139, 142, 146, 149, 154, 159

T

Tecnologias 2, 15, 78, 124, 125, 126, 127, 129, 134, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 154, 156, 157, 167, 168, 174

U

Universidade 1, 6, 12, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 61, 63, 83, 91, 92, 97, 105, 117, 123, 133, 138, 140, 149, 151, 153, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 178

V

Violência 21, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 87

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 7

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2023

Vol 7